

Consumo e Produção Sustentáveis

VICTOR DORDIO

victor_dordio@hotmail.com

Évoraconta, Lda

Resumo

The consequences of globalisation influence our daily lives and our environment. To face this complex situation and its impact on the planet, a word is being used to show the real challenge of globalisation: sustainability. This is mainly a dynamic process that affects all mankind and interferes with its development. Consumer citizenship and education for sustainable development will be particularly addressed as well as politics proposed and implemented by both the international bodies (UN, UNESCO, OECD,...) or the European Commission will be closely analysed.

Palavras-chave:

: Sustentabilidade, cidadania no consumo, educação para o desenvolvimento sustentável, globalização, energias renováveis, Consumer Citizenship Network.

1. Conceito e Definição de Sustentabilidade

Com a crise petrolífera de 1973, o mundo percebeu que era perigoso ter o sistema económico baseado no petróleo como fonte única (ou quase) de energia. No final dessa década, para além do problema da insegurança relacionado com a falibilidade do modelo de aprovisionamento, começou a ganhar forma o efeito maléfico sobre o ambiente que provocava o consumo e utilização sempre crescentes dos derivados do petróleo, nas sociedades ditas desenvolvidas.

Em 1987, com a divulgação do relatório da “*World Commission on Environment and Development*” (mais conhecida como *Brundtland Commission*), a noção de sustentabilidade ganhou foros de cidadania e é actualmente comumente aceite como “*a capacidade para satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações para satisfazer as suas próprias necessidades*”

Anos mais tarde, em 2000, a Carta da Terra dá uma definição mais clara e precisa do conceito de sustentabilidade, ao mesmo tempo que identifica os valores e os meios necessários para garantir a sustentabilidade, estatuidando que¹ “*We must join together to bring forth a sustainable global society founded on respect for nature, universal human rights, economic justice, and a culture of peace. Towards this end, it is imperative that we, the peoples of Earth, declare our responsibility to one another, to the greater community of life, and to future generations*”.

É agora evidente que a questão da sustentabilidade não é assunto exclusivo dos países industrializados ou não, ricos ou pobres, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, mas uma questão que diz respeito a todos, nós os que vivemos neste planeta.

¹ Não traduzimos a citação, para não introduzir eventuais elementos que pudessem alterar o âmbito e o sentido da afirmação.

2. Os aspectos económico, social e ambiental da sustentabilidade

O conceito da sustentabilidade tem sido estudado, analisado e gerido em praticamente todos os níveis da organização social. Quer numa perspectiva temporal, quer espacial, as suas principais facetas (económica, social e ambiental) foram e continuam a ser alvo de abordagens a todos os níveis e nos mais variados contextos.

Desde a abordagem à escala global, a sustentabilidade do planeta, por exemplo, até à sustentabilidade de sectores económicos (o têxtil, a indústria automóvel), de países (Iraque, Afeganistão,...), instituições, terminando na escala individual: o nosso estilo de vida. Tudo e todos estão actualmente sob o escrutínio da sustentabilidade.

De um ponto de vista estritamente económico, a sustentabilidade foge à ortodoxia generalizada de aumentar a oferta sempre que se revela um aumento da procura, neste caso de recursos não renováveis, na generalidade dos casos. Neste caso particular, em termos de economia, aplica-se uma forma controlada de gestão da procura, mediante:

1. a promoção da redução do consumo;

2. a utilização de recursos renováveis, sempre que possível;
3. o encorajamento de práticas que minimizem a intensidade de utilização de recursos e, em simultâneo, a maximização da produtividade dos recursos utilizados.

No domínio social, a relação entre os direitos humanos e o desenvolvimento social, o poder das grandes empresas multinacionais e o equilíbrio ambiental, a pobreza de alguns povos e a acção cívica, das ONG's, em particular, revelam que a cidadania global responsável é um elemento incontornável daquilo que à primeira vista parece ser apenas uma mera questão de consumo individual e escolhas éticas.

Os especialistas e militantes desta matéria sugerem, de um modo geral, que as estratégias fundadas numa base alargada para promover sistemas sociais mais sustentáveis, devem incluir:

1. uma melhoria da educação e da capacidade política das mulheres, especialmente nos países em vias de desenvolvimento;
2. uma maior atenção à justiça social, em especial à igualdade entre ricos e pobres, seja no interior, seja mesmo entre países;

3. a igualdade entre gerações.

Finalmente, no domínio ambiental, a questão dominante chama a atenção para a necessidade de parar com o processo de destruição do ambiente da Terra, induzido pelo modelo de produção e de consumo predominantes no mundo industrializado e cujos efeitos são já bem visíveis e conhecidos. Neste campo importa relevar o papel que as energias alternativas ou renováveis vêm assumindo de forma crescente, quer no discurso dos responsáveis políticos, quer nas realizações concretas no quotidiano das populações e das nações ou regiões.

As energias renováveis são hoje uma realidade em forte crescimento e implantação em Portugal. A energia eólica e a energia hídrica estão praticamente no limiar da plena utilização e, agora, é a vez do país se virar para a energia solar, com a região do Alentejo a apresentar já índices notáveis de aproveitamento, mas ainda com um grande potencial para explorar. Tudo isto significa, em termos exclusivamente ambientais, muitos milhares de toneladas de CO2 que deixam de ser emitidos e, em consequência, de poluir o ar que respiramos, provocar o efeito de estufa, etc., com os efeitos nefastos sobejamente conhecidos.

3. O desenvolvimento sustentável e o papel das Instituições

Nos últimos anos e à medida que a consciência sobre o agravamento dos efeitos negativos da globalização se afirma com maior profundidade, múltiplos fóruns têm servido para discutir as consequências do aquecimento global do planeta, da poluição do ar e das águas, da desertificação, da perda da biodiversidade, etc.

As mais variadas instituições, com as Nações Unidas à cabeça, têm-se multiplicado em iniciativas, realização de conferências, cimeiras governamentais, declarações, cartas, etc. Podemos citar, apenas a título de exemplo, alguns dos mais conhecidos: o Protocolo de Quioto, a Agenda 21, a Declaração dos Oito Objectivos para o Milénio, a Cimeira de Copenhaga, a Carta da Terra, etc.

No caso particular da ONU, devemos destacar os casos do UNEP - United Nations Environment Programme e da UNESCO - United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, de quem gostaríamos de assinalar a iniciativa em curso denominada “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)”, onde esperamos vir a participar com a contribuição de um Mestrado

Europeu Conjunto em “Education for Sustainable Consumption”, no qual está prevista a participação do IPS através da sua Escola Superior de Educação.

Também a OCDE, através do Comité de Políticas do Consumidor e da Direcção da Ciência, da Tecnologia e da Indústria, tem desenvolvido nos últimos anos uma actividade assinalável no domínio do debate, promoção e implantação de políticas e medidas de educação do consumidor.

3. A educação para o desenvolvimento sustentável

A educação para o desenvolvimento sustentável tem actualmente na *Marrakech Task Force*², um dos seus pilares de promoção e actuação. O objectivo prosseguido por este grupo de trabalho é o de preparar as pessoas, em geral, para participarem nas profundas mudanças necessárias para conduzir a nossa sociedade a um processo de desenvolvimento sustentável, centrado na participação democrática relacionada com os temas o desenvolvimento.

² A *Marrakech Task Force on Education for Sustainable Development* foi criada em Maio de 2006 no decurso da 14.ª Sessão da *United Nations Commission on Sustainable Development*, e tem a sua sede em Roma, junto do Ministério do Ambiente italiano,

O ensino superior, na opinião de Victoria W. Thoresen³, encara a dificuldade e a exigente tarefa de ajudar a preparar cidadãos para a vida activa numa sociedade complexa, global e altamente mercantilista. Esta tarefa requer uma colaboração acrescida entre a investigação, as instituições de ensino superior e a sociedade civil de modo a obter um melhor relacionamento entre o conhecimento teórico e a experiência prática quotidiana.

Nesta matéria, e ainda segundo aquela professora, será necessário implantar as seguintes acções:

1. formação prática na área do comportamento baseado em valores;
2. exercício de pensamento crítico e de investigação científica;
3. optimização de oportunidades;
4. prática de uma democracia participada;
5. reaprendizagem;
6. mudança para uma solidariedade globalizada;
7. contribuição para o desenvolvimento sustentável.

³ in Victoria W. Thoresen, *The Consumer Citizenship Network: Initiatives for Education for Sustainable Development, Learning Sustainable Development – Local Cases from a Global World*, Kirchliche Pädagogische Hochschule der Diözese Graz-Seckau, Austria, 2009, pp. 28-30.

4. Uma experiência pioneira: Consumer Citizenship Network

A CCN é uma rede interdisciplinar temática, financiada pelo programa Sócrates, da União Europeia, composta por 123 académicos e investigadores de 37 países, incluindo a UNESCO, a UNEP e outras organizações internacionais, vocacionadas para a defesa e promoção da cidadania, do ambiente, do consumidor, etc., que partilham um objectivo comum: “o papel do indivíduo enquanto consumidor e a sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável e a solidariedade mútua”.

Os trabalhos da primeira fase da CCN⁴, que decorreram em 2003-2005, serviram para estimular a criação de disciplinas e/ou de módulos, ou mesmo de cursos, sobre a cidadania no consumo nos ensinos básico e secundário. Deste trabalho resultou a elaboração de um “*Guia de Ensino / Aprendizagem em Educação da Cidadania no Consumo*”, para o ensino superior, ao mesmo tempo que se promovia um intenso intercâmbio de docentes e estudantes, entre os parceiros da CCN.

A segunda fase da CCN, iniciou-se em Outubro de 2006 e está agora

⁴ Pode consultar-se em www.hihm.no/concit

a terminar. Não haverá uma terceira fase da CCN, no entanto a continuidade dos trabalhos já está assegurada através do projecto PERL – *Partnership for Education and Research about Responsible Living*, que começará em Outubro de 2009 e acabará em 2012. Este projecto tem o apoio financeiro da UNEP, da Marrakech Task Force Sueca, em Modos de Vida Sustentáveis e da União Europeia na categoria de Rede Académica Erasmus.

Neste domínio, a educação – em todos os níveis escolares – assume um papel crucial. Daí a tónica que é colocada pela CCN, através dos seus membros, no processo educativo e no seu contributo para o objectivo global da cidadania no consumo, para um desenvolvimento sustentável, tarefa que tem sido unanimemente reconhecida como de grande valor e impacto institucional.

Reflexões finais

Algumas visões mais catastrofísticas da sustentabilidade, ou melhor da falta dela, admitem que a menos que a utilização de recursos seja monitorizada a actual civilização globalizada terá o mesmo destino das antigas civilizações, que desapareceram devido à sobreexploração dos seus recursos.

Temos consciência que constitui um enorme desafio para todos nós, alterar o rumo do desenvolvimento de uma via não-sustentável para perspectivas muito mais sustentáveis, quer para a utilização de recursos naturais quer para melhores condições de vida para a maioria da população do planeta. Só será possível esta alteração mediante profundas mudanças nas nossas instituições, nos nossos sistemas económicos e no modo como valorizamos e gerimos os nossos modos de vida.

Terminamos, citando Ingeborg Schrettle, Soren Breiting e Jorgen Klein quando defendem que “*neste processo a educação desempenhará um papel crucial. Sem educação e um foco muito forte na aprendizagem para todos os níveis etários e em todas as partes do mundo a questão do desenvolvimento sustentável permanecerá uma preocupação de muito poucos*”.

Nota Biográfica

Victor Dordio is actually the managing partner at Évoraconta, Lda, an independent consulting business company. Graduate in Economics (ESESE,1975), Post-graduate in Farm Management (Iowa State University,1981), Master of Science in Politiques Agricoles et Administration du Développement (CIHEAM, 1990), Études doctorales – DEA in Économie du développement agricole, agro-alimentaire et

rural (Univ. Montpellier I, 1990).

Former Experience and Job Positions:

- August 1992 to January 2003: Full professor at the College of Agriculture of Beja (Portugal), where I was Head of Department (Agricultural Economics and Management), and President of the Scientific Board;
- October 1979 to February 2000: Assistant professor at the University of Évora, in the Department of Management, responsible for the section of Accounting and Finance;
- March 2000 to September 2001: Adjunct to the Minister of Agriculture, Rural Development and Fisheries, Lisbon;
- June 1996 to May 1998: Regional Director of Agriculture in Alentejo, Évora.
- May 2007 to present: Co-ordinator of a task group in the Consumer Citizenship Network charged to create and implement a Master Course in “Consumer Education”.